

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
– PLAGEDER**

EDILENE DOS SANTOS CORRÊA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – UM CANAL DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO
SUL**

São Lourenço do Sul

2011

EDILENE DOS SANTOS CORRÊA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – UM CANAL DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO
SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Coorientador: Tutora Chaiane Leal Agne

São Lourenço do Sul

2011

EDILENE DOS SANTOS CORRÊA

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – UM CANAL DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO
SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: São Lourenço do Sul, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto - PGDR
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Conterato - PGDR
UFRGS

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio e compreensão;
ao mundo das ciências, que se desvendou para mim nesta, mais do que em outras
oportunidades e aos amigos, pela força.

Agradecimentos

Primeiramente à UFRGS pela oportunidade que disponibilizou através da UAB no Ensino à Distância o curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aos Agricultores familiares em especial à Família Bork que recebeu de braços abertos os desafios acadêmicos que levei não apenas durante o estágio, período em que fui carinhosamente acolhida pela família com direito a cama aconchegante, partilha do alimento e da experiência do cultivo da terra, pela socialização dos momentos de descanso da família, oportunos para a rica troca de experiências e farto aprendizado que adquiri. Aos representantes de entidades, em especial à COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul.

Ao professor orientador Prof. Leonardo Xavier da Silva e Coorientadora Chaiane Leal Agne, que nos momentos em que estive diante de difíceis intempéries da vida os quais desnortearam etapas do trabalho de conclusão de curso, foram compreensivos, deram apoio e principalmente não me deixaram esmorecer. Muito obrigado, mais do que orientadores foram meus mestres nesta etapa da vida, com seus exemplos e auxílio indispensáveis.

A equipe do curso de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, em especial aos professores e tutores a distância, aos tutores presenciais, aos funcionários, ao espaço do PGDR que sempre foi disponibilizado de forma acolhedora todas as vezes em que precisei nas idas a Porto Alegre.

Aos amigos e colegas de curso que deixam saudades deste tempo de convivência, mesmo convivendo pouco presencialmente, pudemos viver momentos que ficam para sempre. Agradeço especialmente aqueles com quem pude conviver mais e partilhar os conteúdos das disciplinas e as experiências de vida, como a Flávia, a Vali e o Zoel.

Aos amigos e colegas de outros grupos de convivência que compreenderam as ausências e tiveram sempre uma palavra positiva nos momentos de cansaço trazendo relatos de suas experiências com o mundo acadêmico.

Aos colegas de profissão que auxiliaram muito ao longo destes quase quatro anos, flexibilizando horários, dividindo tarefas, torcendo por mim a cada etapa mais difícil que surgia. A estes colegas que diariamente acompanham minha evolução como profissional, acadêmica e humana meu muito obrigado, em especial Carla, a Milene e a Maristela (quem me avisou das inscrições do processo seletivo, além de auxiliar e dar apoio durante esta caminhada).

A família, em especial ao Eduardo meu filho e ao Marcos meu marido que diretamente foram afetados pelas várias ausências, agradeço por todas as vezes em que estiveram envolvidos levando ou buscando onde eu estivesse ou precisasse ir nesta caminhada dos estudos. Ao meu querido irmão que, tão jovem terminou sua trajetória neste mundo.

E finalmente agradeço aos grandes responsáveis por tudo de bom que me acontece, meus pais, através dos quais a força divina que permite a vida se manifesta e me oportunizou estar aqui. Eles que são exemplos riquíssimos, que sempre acreditaram no meu potencial para realizar aquilo a que me proponho, à minha mãe que já não vive e, em especial ao meu pai, cujo sonho de estudar lhe foi tirado dolorosamente ainda na infância, em troca do trabalho na roça, indispensável à família naquele momento.

É por mim, mas também por meu pai que concluir uma graduação, ainda mais na área do desenvolvimento rural, é motivo de alegria e orgulho. Muito obrigado!

“Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Por isso aprendermos sempre.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso leva em conta a importância da Agricultura Familiar sob diversos aspectos, principalmente sob o social e o econômico, e tem a intenção de melhor compreender como se dá a comercialização dos seus produtos e qual a contribuição ou não dos ambientes institucionais através das políticas públicas no acesso ao mercado, para tanto, optou-se por estudar o caso que mais se destacou no município de São Lourenço do Sul dentre as políticas públicas recentes, ou seja, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A metodologia utilizada para a realização desta foi de pesquisa exploratória, onde os dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica, entrevista semi-estruturada com informantes-chaves e análise de exemplos que estimularam a compreensão. Concluindo a pesquisa, os resultados mais importantes foram a identificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar como canal de comercialização para a produção da Agricultura Familiar local, das políticas públicas mais acessadas e a atuação da organização social somada a iniciativa de órgãos públicos como fator determinante para o crescimento não apenas econômico.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ABSTRACT

This research focuses on the importance of Family Agriculture in several respects, especially in the social and economic development, and intends to better understand how to market their products and whether or not the contribution of institutional environments through public policies on market access, for both, we chose to study the case that stood out in São Lourenço do Sul among recent public policy, ie the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). The methodology for achieving this was an exploratory research, where data were collected through literature search, semi-structured interviews with key informants and analysis of examples that fostered understanding. Completing the survey, the most important results were the identification of the National School Meals as marketing channel for the local production of family farming, government policies and actions of the most accessed social organization coupled with the initiative of public institutions as a determinant for the not just economic growth.

Keywords: family farming, public policy, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Mapa identificando a localização do município de São Lourenço do Sul.....	28
2	Coordenadas geográficas do Município de São Lourenço do Sul.	29
3	Sistemática de Recebimento e Entrega de Produtos.....	41
4	Registro fotográfico do recebimento dos produtos da Agricultura Familiar no setor de Alimentação Escolar	46
5	Alimentos e cardápio elaborado com alguns dos produtos do PAA nas Escolas da Rede Municipal de Ensino	47

LISTA DE TABELAS

1 Número de contratos e montante do crédito do Crédito Rural do PRONAF por Ano Agrícola em São Lourenço do Sul, 2005/2006	28
2 Crédito rural do PRONAF – Modalidades e Grupos.....	29
3 Colocação do Município de São Lourenço do Sul entre os municípios da AZONASUL por quantitativo de produção – ano 2008	41
4 Relação de produtos e quantidades adquiridos da Agricultura Familiar consumidos no ano letivo de 2010 na alimentação escolar da rede municipal de ensino	46
5 Programa de Alimentação Escolar para o município de São Lourenço do Sul – previsão para o ano de 2011	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AZONASUL – Associação de Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BR (s) – Rodovia (s) Federal (is)

CAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAPEC – Conselho Municipal Agropecuário

CEASA – Centrais de Abastecimento

CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar

CGU – Controladoria Geral da União

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAF – Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar

COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul

COOPESCA – Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EEs – Entidades Executoras

EMATER/RS-ASCAR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

FETRAF-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAE/EJA - Programa Nacional de Alimentação Escolar Educação de Jovens e Adultos

PNAEC - Programa Nacional de Alimentação Escolar Creche

PNAEF - Programa Nacional de Alimentação Escolar Ensino fundamental

PNAEP – Programa Nacional de Alimentação Escolar Pré-escola

PNAEQ - Programa Nacional de Alimentação Escolar Quilombolas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPs – Políticas Públicas

PROGER Rural – Programa para Geração de Emprego e Renda Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SMDR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

SMECD – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

SMF – Secretaria Municipal da Fazenda

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TCU – Tribunal de Contas da União

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPA – Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. METODOLOGIA	20
3. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	22
3.1 Legitimação da Agricultura Familiar	22
3.2 Políticas Públicas: enfatizando as que se destacam no município de São Lourenço do Sul	23
3.3 A Agricultura Familiar e o Acesso aos Mercados: O Programa Nacional de Alimentação Escolar	30
3.3.1 A Evolução Histórica da Alimentação Escolar no Brasil.....	35
4. MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICA	35
4.1 Caracterização e Localização de São Lourenço do Sul.....	35
4.1.1 Breve Apresentação da História do Município.....	37
4.1.2 Colonização e Composição Étnica do Município.....	38
4.2 Aspectos Econômicos de São Lourenço do Sul.....	40
5. O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL	43
5.1 Estrutura, Organização, Produtos Comercializados e Recursos	44
5.2 Dificuldades e Desafios Identificados na Implantação do PNAE	47
5.3 O Processo e as Organizações Envolvidas no PNAE.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A - Questionário norteador de entrevista com extencionista	59
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido	61

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o interesse em abordar questões locais relacionadas ao acesso às políticas públicas para a Agricultura Familiar (AF), no município de São Lourenço do Sul e considera esta modalidade de agricultura como base social de um novo desenvolvimento rural. Segundo MENEGETTI (s/d), a Agricultura Familiar caracteriza-se por seu funcionamento estar ligado ao atendimento das necessidades da família e a manutenção do potencial produtivo da terra, valorizando a diversidade, o policultivo e criações, distribuídos equilibradamente. Conforme o mesmo autor, outra característica da AF é a pluriatividade através da organização dos sistemas produtivos, favorecendo o planejamento, o desenvolvimento local, a gestão coletiva dos recursos naturais e a administração mais equilibrada e sustentável.

Dialogando com este conceito de Agricultura Familiar, que apresenta mais uma visão ideal do que a realidade propriamente dita, SCHNEIDER (2009, p. 33) afirma que “o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos.” E nos traz ainda que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (Abramovay, 1997) *apud* (Schneider, 2009, p.46)

Partindo dessas perspectivas, este estudo teve como problema de pesquisa identificar ‘Dentre as políticas públicas disponíveis no Brasil para a agricultura familiar, no que se refere à produção agrícola e à construção de canais de comercialização, quais são as que os agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul acessam?’ O objetivo geral tratou de identificar e descrever as Políticas Públicas voltadas à produção agrícola, com destaque para aquelas que oportunizam o acesso ao mercado para os agricultores familiares de São Lourenço

do Sul, tendo como intenção discutir sobre as políticas públicas mais recentes como a do PNAE.

A partir do objetivo geral surgiram três objetivos específicos. O primeiro, caracterizar o município de São Lourenço do Sul sob os aspectos histórico, econômico e social. O segundo, identificar as políticas públicas voltadas à produção agrícola com ênfase àquelas que propiciam o escoamento dos produtos da agricultura familiar do município de São Lourenço do Sul. O terceiro e último, identificar as principais organizações sociais e órgãos públicos envolvidos no acesso à política pública para a agricultura familiar que mais se destaca como veículo de comercialização.

A escolha deste estudo justifica-se pelo fato de que os seus resultados poderão contribuir para: (1) geração de conhecimento científico e discussão sobre a temática de mercados e políticas públicas; (2) servir de subsídios para avaliação de políticas públicas, essencialmente pelo retrato da realidade do município de São Lourenço do Sul, localidade que se destaca pela atuação da AF.

Segundo Souza (2006), temas que envolvem o segmento das políticas públicas, ainda contam com poucos trabalhos visando o conhecimento do que acontece quando a política é implementada. Sendo assim, existe aqui a intenção de contribuir neste aspecto, a partir da narrativa e da reflexão sobre o acesso a essas políticas.

Considerando que a colocação dos produtos da agricultura familiar no mercado é de fundamental importância para a sobrevivência dessa modalidade de agricultura, a fim de um melhor embasamento teórico se faz necessário apresentar reflexões e conceitos sobre mercados e canais de comercialização dos produtos agrícolas.

Na busca em compreender o que são os mercados, Storr (2008) *apud* Agne (2010, p. 37) considera que “Os mercados são definidos como espaços de interação humana que replicam conhecimentos”, onde os atores compartilham informações indo além das ações de comercializar e comprar. Segundo Abramovay (1998) *apud*

Agne (2010, p.38), “um dos maiores desafios para a agricultura familiar afirmar-se economicamente consiste na sua capacidade de organização, no que se refere à construção de novos mercados, bem como o vínculo social que mantém com os consumidores”.

O presente estudo denota que o acesso aos mercados por parte dos agricultores de São Lourenço do Sul se dá predominantemente através de Cooperativas e Agroindústrias Familiares, ou seja, conforme Agne (2010, p. 38) “um conjunto de relações sociais em redes organizadas”.

Segundo Zimmermann (s/d, p. 02), “mercados são entendidos por estruturas sociais cujo funcionamento depende fundamentalmente do ambiente institucional em que estão imersos”, nesse contexto, mais adiante serão abordadas as políticas públicas e os ambientes institucionais identificados nesse estudo como veículos de mercados.

Dentre as perspectivas teóricas disponíveis sobre as Políticas Públicas (PPs) Souza, diz que:

Pode-se resumir política pública como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar esta ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (SOUZA, 2006, p. 26).

Ainda segundo a mesma autora, depois de desenhadas e formuladas as PPs “desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas”, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação quando implementadas. Souza (2006, p. 25 e 33) nos traz relevantes reflexões de que as PPs tem papel na “solução de problemas” e se caracterizam por “longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores”. Dessa forma podemos embasar teoricamente a importância de analisar políticas públicas, buscando relacionar de que forma elas podem contribuir para o acesso aos mercados.

Levando em conta a importância da Agricultura Familiar sob diversos aspectos, principalmente sob o social e o econômico, bem como a intenção de

melhor compreender como se dá a comercialização dos seus produtos e qual a contribuição ou não dos ambientes institucionais no acesso ao mercado, optou-se por estudar o PNAE. Haja vista ter sido a política pública de maior destaque durante entrevista com o informante chave da EMATER/RS e que contempla a intenção de estudar algo novo no âmbito das PPs.

Como colocado anteriormente, pretende-se que o resultado obtido, ao final da pesquisa, sirva como fonte de dados sobre uma realidade local e quiçá venha de alguma forma a contribuir para o planejamento do desenvolvimento rural local. O despertar para o estudo de questões locais e para o tema proposto nesta pesquisa surgiu em experiências de campo, junto a uma Unidade de Produção Agrícola (UPA), quando foi possível observar a importância das políticas públicas para a agricultura familiar e a necessidade do atendimento às especificidades de cada região ou localidade.

Para execução desse trabalho foram elaborados seis capítulos, o primeiro se refere à introdução acima exposta; o segundo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa; o terceiro capítulo intitulado Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil trata sobre a legitimação da AF, as PPs e suas finalidades, o acesso ao mercado através do PNAE e a evolução histórica da Alimentação Escolar no Brasil; o quarto capítulo apresenta a caracterização socioeconômica e histórica do município de São Lourenço do Sul; o quinto capítulo traz uma abordagem sobre o acesso às políticas públicas pela AF enfatizando o caso do PNAE, apresentando seu histórico no município estudado, sua estrutura, o processo de implementação e as dificuldades e desafios identificados; o sexto e último capítulo trata das considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização desse estudo enquadra-se na pesquisa exploratória. Os dados foram coletados envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com informantes-chaves e análise de exemplos que estimularam a compreensão, conforme nos traz Gil (1991) *apud* Silveira e Gerhardt¹ (2009, p. 35), se tratando de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois visa

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (SILVEIRA; GERHARDT, 2009, p. 35).

Quanto ao procedimento, esta pesquisa é um estudo de caso, pois

Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõem ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes (FONSECA, 2002, *apud* SILVEIRA; GERHARDT, 2009, p. 39).

Para fins desse estudo de caso foram considerados como informantes chaves, em um primeiro momento, o representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), devido ao trabalho que realizam junto aos agricultores familiares do município, especialmente no acesso às PPs e pelo fato de que todas as DAPs são emitidas por esta instituição. Em um segundo momento, após identificado o PNAE como canal de comercialização e apontada sua importante significação dentre as políticas públicas que servem e/ou viabilizam o acesso ao mercado para os produtos da AF, surgiram mais dois informantes chaves, a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, devido a participação nas iniciativas que o município possui na aquisição

¹ SILVEIRA, D.T. e GERHARDT, T.E. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

de alimentos oriundos da AF e o Prefeito como gestor da administração municipal e devido a sua atuação em prol do desenvolvimento local e regional.

As ferramentas utilizadas foram a aplicação de formulário semi-estruturado, conforme 'Apêndice A', em entrevista realizada com técnico extencionista da EMATER/RS e com o prefeito municipal. Bem como, coleta de dados quantitativos e relatos com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Buscando atender os objetivos da pesquisa, o formulário foi organizado com os seguintes tópicos: identificação de quais são as políticas públicas para a agricultura familiar acessadas pelos agricultores do município; descrição de quais políticas que se destacam na construção de canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar; identificação dos suportes (técnico e burocrático) que viabilizam o acesso dos agricultores às políticas públicas; descrição das principais organizações sociais e/ou órgãos públicos envolvidos e de que forma se dá esse envolvimento. Outras informações foram complementares, como o uso de dados de outros trabalhos científicos, pesquisas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) e a Prefeitura Municipal.

No que se refere ao aprofundamento de conceitos e conhecimento das políticas públicas apontadas pela pesquisa de campo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa eletrônica, junto aos sites do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de institutos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA).

A proposta aqui apresentada visou buscar informações e formular um diagnóstico local sobre as políticas públicas disponíveis no Brasil para a agricultura familiar, acessadas pelos agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul, no que se refere à construção de canais de comercialização. Para alcançar tal objetivo, foi importante levar em consideração o estudo sobre políticas públicas que dão origem a planos, a programas, a projetos e a ações. Este trabalho buscou embasamento nos elementos principais que definem política pública, sendo eles, segundo Celina Souza (2006, p. 20-45) - distinção entre o que o governo pretende

fazer e o que realmente faz; envolvimento de vários atores e níveis de decisão; o fato de a política pública ser abrangente e não se limitar a leis e regras; possuir ação intencional, com objetivos a serem alcançados e após sua decisão e proposição implicar em implementação, execução e avaliação.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Este tópico trata sobre a legitimação da AF no Brasil a partir de fatos historicamente marcantes, as PPs e suas finalidades, destacando as mais acessadas no município de São Lourenço do Sul; o acesso ao mercado de comercialização através do PNAE e o resgate da trajetória da Alimentação Escolar no Brasil segundo a sua evolução histórica.

3.1 LEGITIMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Foi a partir dos anos 90 que se deu a ascendência da agricultura familiar, conceito que surgiu englobando o que antes era chamado de pequena produção, pequeno agricultor rural e, como mencionado em outros contextos, campesinato. No âmbito nacional, podemos citar como marco a chamada Lei da Agricultura Familiar, a Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. (BRASIL, 2006)

A referida lei, traz os requisitos que enquadram o agricultor no segmento da agricultura familiar, ou seja, não ter área maior do que quatro módulos fiscais²,

² Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante;

utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família, possuir renda familiar predominantemente originada do próprio estabelecimento ou empreendimento e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o agricultor familiar, para fins de acesso ao programa, é aquele que não detém área superior a quatro módulos fiscais, possui no mínimo 80% da sua renda bruta oriunda da atividade agropecuária, reside na propriedade rural ou urbana próxima e que mantém até dois empregados permanentes conforme especificado na RESOLUÇÃO Nº 3.559 de 28.03.2008. (BRASIL, 2008)

Partindo de uma conceituação teórica a respeito da agricultura familiar, mesmo não existindo um conceito definido, nesse trabalho é considerada a definição de ABRAMOVAY (1998) apud MÜLLER (2007, p. 47): "... agricultura familiar subentende que a gestão, a propriedade e o trabalho estejam sob o controle da família."

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ENFATIZANDO AS QUE SE DESTACAM NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Conforme o resultado da entrevista realizada, podemos salientar que as PPs mais acessadas no município de São Lourenço do Sul são o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Agroecologia (principalmente através da ONG CAPA-Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), o Pronaf Floresta, o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher, o Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, o Pronaf Mais Alimentos, o PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Proger Rural.

outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. Fonte: INCRA

Tendo sido considerado pelo entrevistado que:

[...] “as Políticas públicas, principalmente o PRONAF trata-se de um marco que baliza o desencadeamento de processos para a agricultura familiar, propiciando inclusive um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural” (A.D. – entrevistado, representante do Escritório Local da EMATER/RS).

Nesse sentido, cabe destacar que o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural considera infraestrutura, investimentos, custeio e capacitação, fomentando e possibilitando o processo de organização dos agricultores.

Em relação aos agricultores familiares que não acessam as políticas públicas no município, a partir do acompanhamento e envolvimento dos extensionistas da EMATER/RS, foi relatado que são poucos. Conforme a experiência e percepção do entrevistado, tal fato se trata de um aspecto cultural, “viver unicamente da terra”, em alguns casos ou de produtores de fumo que não acessam financiamentos específicos das políticas públicas, optando pelo acesso a outras linhas de financiamento através da fumageiras.

Os agricultores familiares, que procuram por políticas públicas para a AF, têm como peculiaridades o tamanho da área da unidade de produção agrícola, uma vez que, segundo o entrevistado, todos possuem o máximo de até 20ha; o grau de organização social e de participação observadas durante as orientações ofertadas pela EMATER/RS, CAPA, Cooperativas posteriormente citadas e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A EMATER/RS, pelo trabalho desenvolvido no escritório local, desde o início da década de 90, busca contribuir para a organização social dos agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul, por este motivo acompanha e observa o quanto o processo de organização social vem contribuindo para a realidade atual da AF.

Outro fato destacado durante a entrevista foi a observação de que há um “Grande potencial e estímulo à transformação, trazidos pelas políticas públicas aos agricultores familiares e ao desenvolvimento local”.

Assim, o PRONAF, segundo publicações eletrônicas institucionais³, trata do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

A seguir serão brevemente detalhadas cada uma das PPs acessadas em São Lourenço do Sul. Os dados foram coletados em pesquisa eletrônica realizada junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES e ao Banco Central do Brasil (BCB):

- Pronaf Agroindústria: Sua finalidade são os investimentos que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

- Pronaf Agroecologia: Sua finalidade é o investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

- Pronaf Floresta: Sua finalidade são investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes do empreendimento e que preencham os requisitos definidos pela SAF do MDA para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma e limites por

³ Disponíveis nos sites oficiais do MDA, MAPA, BNDES e BCB, conforme referências bibliográficas apresentadas ao final deste estudo.

beneficiário, independentemente dos limites definidos para outros investimentos ao amparo do Pronaf.

- Pronaf Jovem: Os beneficiários são jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Pronaf, maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância; que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em Escolas Técnicas Agrícolas de Nível Médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; que tenham participado de curso ou estágio de Formação Profissional que preencham os requisitos definidos pela SAF do MDA.

- Pronaf Mulher: Direcionado a mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil.

- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: As finalidades desta Linha de Crédito são o financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

- Pronaf Mais Alimentos: Tem a finalidade de liberar recursos para investimentos em infra-estrutura da propriedade rural oportunizando o aumento da produção da agricultura familiar. Como ação estruturante oportuniza o investimento em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.

- Proger Rural: Tendo por finalidade financiar atividades de investimento e custeio, no segmento agropecuário, inclusive atividade pesqueira, o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural tem como beneficiários os proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que utilizem preponderantemente mão-de-obra familiar, que não detenham área de terra superior a quinze módulos fiscais; tenham, no mínimo, 80% de sua renda originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; residam na propriedade ou em local próximo; possuam renda bruta anual de até R\$ 80 mil (oitenta mil reais).

- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos: compreende ações de atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e de formação de estoques estratégicos. É considerado como uma das principais ações estruturantes da estratégia do Programa Fome Zero⁴. O PAA tem como finalidade essencial o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação⁵. Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela CONAB, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local.

- PNAE: O Programa Nacional de Alimentação Escolar consiste na transferência de recursos do Governo Federal, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. (BRASIL, 2008) Por ser o objeto deste estudo, no tópico seguinte, este programa é tratado detalhadamente.

A fim de quantificar de forma geral, o que representa para o município estudado, o acesso as linhas de Pronaf. A tabela 01 apresenta o número de contratos e montante do Crédito Rural do PRONAF por Ano Agrícola em São Lourenço do Sul

⁴ Conforme consta no site institucional <http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas> O FOME ZERO atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

⁵ Licitação, segundo informado pelo setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

tendo por base o período de 2005/2006, considerando que no item ‘Enquadramento’ os dados se referem a grupos do Pronaf Custeio e do Pronaf Investimento. A tabela 02 apresenta um resumo das modalidades e grupos do Crédito Rural do Pronaf.

Tabela 01: Número de contratos e montante do crédito do Crédito Rural do PRONAF por Ano Agrícola em São Lourenço do Sul, 2005/2006:

Safra	Modalidade	Enquadramento	N° contratos	Valor R\$	Média em R\$/contrato
2005/	Custeio	Grupo C	826	1.986.952,20	3.818,82
		Grupo D	1.285	4.907.178,53	2.405,51
		Grupo E	28	243.840,15	8.708,58
	Total desta modalidade:		2.139	7.137.970,88	14.932,91
2006	Investimento	Grupo A	34	552.693,63	16.255,70
		Grupo C	56	303.761,25	5.424,31
		Grupo D	415	4.516.184,34	10.882,37
		Grupo E	15	459.760,00	30.650,67
	Total desta modalidade:		520	5.832.399,22	63.213,05
Total Geral:		2.659	12.970.370,10	78.145,96	

Fonte: Tabela adaptada pela autora para este estudo com base em HILSINGER (2007, P.148).

Tabela 02: Crédito rural do PRONAF – Modalidades e Grupos

Grupo	Público	Modalidade	Finalidade do Financiamento
PRONAF A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiário(as) do Programa do Crédito Fundiário.	Investimento	Estruturação dos lotes dos(as) assentados(as).
PRONAF GRUPO A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – INCRA e beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário até 01/08/2002.	Investimento	Recuperação das Unidades Familiares dos(as) agricultores(as) assentados(as).
PRONAF A/C	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	Custeio	Custeio de atividades agropecuárias.
PRONAF B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 3 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nac. do Biodiesel	Investimento para atividades Agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.
PRONAF C	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 3 mil e até R\$ 16 mil.	Investimento e Custeio	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.
PRONAF D	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 16 mil e até R\$ 45 mil.	Investimento e Custeio	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.
PRONAF E	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 45 mil e até R\$ 80 mil.	Investimento e Custeio	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pela Secretaria da Agricultura Familiar – MDA (2011) - Programas – Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/.

3.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO AOS MERCADOS - O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A base legal para compra direta da agricultura familiar (modalidade anteriormente utilizada pelo PAA), referente à alimentação escolar, encontra-se na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do PNAE aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009). A legislação específica para a área da educação no âmbito do Programa é apresentada a seguir.

O PNAE tem como objetivos suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, garantindo uma alimentação saudável, segura, de qualidade e em quantidade adequada; contribuir para uma melhor aprendizagem e aproveitamento escolar; formar hábitos alimentares saudáveis através de um processo de educação alimentar e buscar a sintonia com hábitos alimentares locais e regionais. (BRASIL, 2008)

Dentre as funções do PNAE, uma das que mais se destaca, é oferecer alimentos adequados em quantidade e qualidade, para satisfazer as necessidades nutricionais dos estudantes no período em que estão na escola. O Programa possui seu cunho social e segue os princípios de reconhecer, concretizar e fortalecer o direito humano e universal à alimentação.

A alimentação escolar é um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão nas escolas e um dever do Estado nas esferas de governo federal, estadual, distrital e municipal. Sendo esse direito instituído por lei.

O PNAE, segundo material didático sobre os programas do Ministério da Educação “Formação pela Escola” – Módulo PNAE (2008, p. 19), segue cinco princípios fundamentais:

A universalização do atendimento da alimentação escolar gratuita, para alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede pública de ensino.

O respeito aos hábitos alimentares saudáveis, considerando os costumes alimentares tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência local.

A equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, respeitando diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar.

A descentralização das ações, pelo compartilhamento da responsabilidade pela oferta de alimentação escolar entre os entes federados.

A participação social no controle e acompanhamento das ações realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios, para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.

Vale destacar que, além do acima exposto, dentre as finalidades do PNAE estão à contribuição para a aquisição de hábitos alimentares saudáveis, visando o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos.

3.3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Este tópico procura resgatar a trajetória da alimentação escolar no Brasil, para tanto foi utilizado material disponibilizado pelo MEC através do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. (BRASIL, 2008)

O marco inicial desta síntese histórica se deu em 1940, com a criação do Instituto Nacional de Nutrição, o qual tinha como proposta oferecer alimentação na escola. Iniciativa que ficou na intenção devido à falta de recursos financeiros. Em 1950, com a denominação de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição foi elaborado, estruturando um programa de merenda escolar, em âmbito nacional. Da proposta deste Plano resistiu apenas o Programa de Alimentação Escolar com o apoio do Fundo Internacional de

Socorro à Infância (FISI), hoje denominado Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em 1955, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar subordinada ao MEC. Em 1979, o programa passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, porém, prevalecia em sua implementação um aspecto assistencialista que só foi superado com a Constituição Federal de 1988, momento em que foi assegurado o direito à alimentação escolar aos alunos do ensino fundamental.

Do período anteriormente citado até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, o órgão gerenciador que contava com a alimentação escolar em seus planos plurianuais, previsão orçamentária e leis orçamentárias anuais, planejava os cardápios, adquiria os gêneros alimentícios e se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

A descentralização neste processo de gestão do PNAE ocorreu em 1994, prevendo a municipalização da merenda escolar. A partir de então, os municípios e as secretarias estaduais de educação passaram a assumir as funções anteriormente desempenhadas pelo gerenciador do programa. Fato que garantiu maior agilidade no processo de execução e consolidou a transferência automática de recursos. Vale salientar, que neste momento, o programa já estava sob a responsabilidade do FNDE, que até os dias atuais é seu órgão financiador.

Em junho de 2001, através da Medida Provisória nº 2.178, foram instituídos os critérios para as entidades executoras do programa, como aplicar obrigatoriamente 70% dos valores repassados à conta do PNAE na aquisição de produtos básicos; respeitar os hábitos alimentares locais e regionais e observar a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local através dos processos de aquisição de produtos.

Por fim, na linha do tempo traçada neste tópico, a última mudança do PNAE, aconteceu em 2009 com a implementação da Lei 11.947 de 16 de junho, base da pesquisa aqui apresentada. Na qual ficou instituído que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por

cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

A fim de uma melhor compreensão sobre o funcionamento do PNAE, serão apresentadas as etapas práticas, os atores, os órgãos e as entidades envolvidas, como se dão os repasses financeiros e acontece o planejamento que trata da alimentação e nutrição dos estudantes, bem como a importância do controle social para o Programa.

As entidades executoras (EEs), segundo publicação do Ministério da Educação, são fundamentais para a eficiência e efetividade do programa. São elas que recebem os recursos financeiros transferidos em conta própria criada pelo FNDE para a alimentação escolar. As EEs são responsáveis também pela complementação do recurso, acompanhamento e supervisão da execução e a devida prestação de contas. Essas EEs são as secretarias de educação do estado e do Distrito Federal, prefeituras municipais, creches, pré-escolas e escolas federais do ensino fundamental ou suas mantenedoras.

No caso do município de São Lourenço do Sul, no âmbito da rede municipal de ensino, a EE é a Prefeitura Municipal, através da SMECD, que atende, conforme instituído pelo PNAE, especificamente a educação infantil (creches e pré-escolas), o ensino fundamental (inclusive escolas em territórios quilombolas) e escolas mantidas por entidades filantrópicas (beneficentes de assistência social) localizadas em sua área político administrativa.

São quatro as formas de gestão que as EEs podem optar para operacionalização do PNAE, centralizada⁶, semi-descentralizada⁷, terceirizada⁸ e

⁶ Nesta modalidade de gestão os recursos são enviados pelo FNDE diretamente para as EEs que compram os alimentos conforme as regras estabelecidas pela legislação pertinente e distribuem para sua rede.

⁷ Modalidade em que o processo de repasse de recursos se dá da mesma forma que a gestão centralizada, porém a execução pode acontecer de duas maneiras: a EE compra e distribui gêneros alimentícios não perecíveis para todas as escolas de sua rede e repassa parte dos recursos financeiros para as escolas adquirirem os perecíveis ou a EE compra e distribui gêneros alimentícios

descentralizada⁹. No município estudado, a SMECD faz uso do modelo de gestão centralizada para a execução do PNAE.

Os dados lançados no Censo Escolar¹⁰ são de suma importância para o cálculo dos repasses, uma vez que é tomando por referência o ano anterior ao envio dos recursos. Para o cálculo do valor a ser repassado pelo FNDE às EEs são considerados o número de alunos constantes do Censo Escolar da sua rede educacional, o número de dias letivos e a modalidade de atendimento conforme detalhado a seguir.

Para o repasse dos recursos são abertas contas bancárias específicas para cada modalidade de atendimento. Na Conta PNAE são depositados os recursos financeiros destinados ao atendimento dos alunos da pré-escola e do ensino fundamental; na Conta PNAC – Programa Nacional de Alimentação em Creches, são depositados os recursos destinados ao atendimento dos alunos da Educação Infantil; na Conta PNAI – Programa Nacional de Alimentação Indígena, os recursos destinados ao atendimento dos alunos das escolas indígenas e na Conta PNAQ – Programa Nacional de Alimentação Quilombola, os recursos destinados ao atendimento dos alunos das escolas quilombolas. Os valores são repassados em dez parcelas.

O processo de aquisição de alimentos no âmbito do PNAE segue quatro etapas principais, sendo elas o repasse por parte do FNDE, o recebimento dos recursos financeiros por parte da EE, o cumprimento da Lei Federal nº 8.666/1993 e

perecíveis e não perecíveis para as escolas localizadas na zona rural e repassa o recurso financeiro para que as escolas da zona urbana comprem os gêneros alimentícios.

⁸ Nesta forma de gestão o FNDE repassa recursos financeiros às EEs e estas contratam empresa fornecedora de refeições, por licitação, para atender aos alunos das escolas públicas declarados no censo escolar.

⁹ Na gestão descentralizada, também denominada escolarização, a EE também recebe recursos financeiros do FNDE, mas por sua vez repassa às escolas da rede beneficiada pelo PNAE. Cada escola adquire os gêneros alimentícios a serem utilizados conforme o cardápio da alimentação escolar obedecendo a legislação específica sobre a compra e seguindo a supervisão do setor responsável pelo Programa na EE.

¹⁰ Levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos com o auxílio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

suas alterações (priorizando menor preço, melhor qualidade, vocação agrícola, hábitos regionais e distribuição) e compra dos gêneros alimentícios (armazenamento).

4 MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E HISTÓRICA

Neste capítulo, serão discutidos os seguintes tópicos: no item 4.1 é apresentada a caracterização do município de São Lourenço do Sul, com o objetivo de informar ao leitor sobre sua localização e principais características; no subitem 4.1.1 é apresentado breve histórico do município, considerando que sua história é um importante instrumento para entender o presente e visualizar algumas situações futuras e, no subitem 4.1.2 é apresentada a colonização e composição étnica do município para a visualização dos aspectos socioculturais locais; já no item 4.2 são apresentados os aspectos sociais e econômicos de São Lourenço do Sul.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

A fisionomia geográfica do Município de São Lourenço do Sul é formada de laguna, planície e serra. Conforme as informações do IBGE, este município localiza-se no extremo sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, situado à margem oeste da Lagoa dos Patos – maior laguna das Américas – a 200 km da capital Porto Alegre. Está localizado a latitude 31°31'05" sul e a longitude 51°44'47" oeste (Figura 02), estando a uma altitude de 19 metros do nível do mar. Possui uma área de 2.036 km² e conta com as águas do rio Camaquã e da Lagoa dos Patos, conforme pode ser verificado na Figura 01, a seguir.

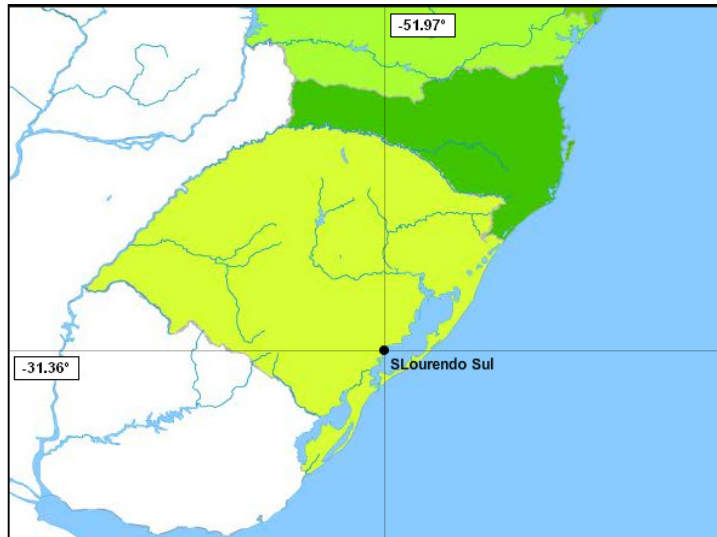
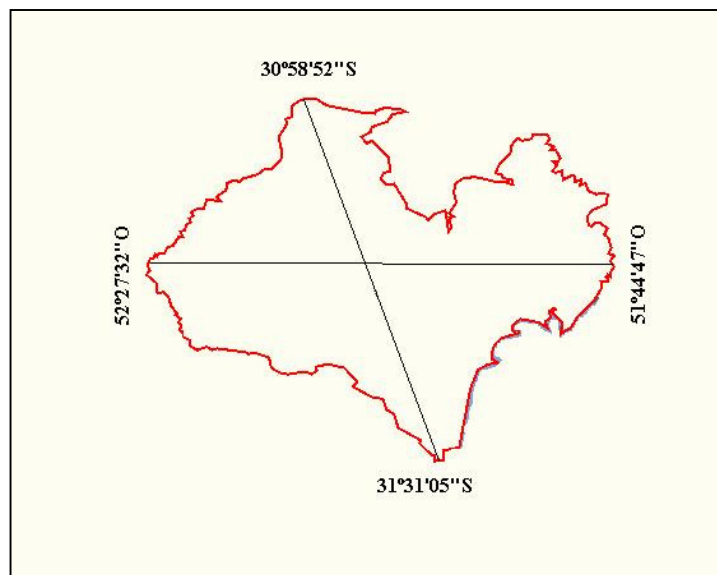


Figura 1: Mapa identificando a localização do município de São Lourenço do Sul. Fonte: IBGE¹¹. Cidades. Informações sobre a localização de municípios do Estado do Rio Grande do Sul.



¹¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431880>>

Figura 2: Coordenadas geográficas do Município de São Lourenço do Sul.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, 1959, adaptada por Lima (2006).

O Município possui quarenta e três mil cento e quatorze habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010), onde aproximadamente metade da população vive na área urbana e a outra na área rural.

A área rural divide-se em sete distritos, a base econômica de São Lourenço do Sul está na produção agrícola, o que é histórico, tendo sido, segundo Bergmann (s/d), o maior exportador de batata inglesa da América Latina, por vinte anos consecutivos, no início do século XX, através do antigo porto natural.

Atualmente já não há porto natural tampouco estação portuária, também não se exporta mais batata, mas continua predominante a agricultura de base familiar, fator que contribui ao objeto de pesquisa aqui apresentado.

4.1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

São Lourenço do Sul, segundo Bergmann (s/d), inicia sua história no final do século XVIII, com a distribuição das sesmarias feita pela Coroa Portuguesa aos militares luso-açorianos que lutaram contra os espanhóis. Assim, surgiram grandes latifúndios de exploração pecuária, situadas no cinturão localizado às margens da Laguna dos Patos, as chamadas estâncias ou fazendas em cujas sedes foram construídas capelas em homenagem aos santos de devoção das famílias. Em 1807, moradores da Fazenda do Boqueirão exigiram a construção da capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição e, em 1815, foi iniciada a construção de uma capela devotada a São Lourenço na estância com o seu nome. Com isto percebe-se que as questões religiosas eram de grande importância.

Por decreto de D. Pedro I, a Fazenda do Boqueirão foi elevada a Freguesia em 1830, quando se desmembrou da Vila de Rio Grande e se incorporou à Vila de São Francisco de Paula (atual cidade de Pelotas). Segundo a mesma autora, em 1850, o Coronel José Antônio de Oliveira Guimarães doou parte da Fazenda São Lourenço, situada na margem esquerda do rio de mesmo nome, para uma nova

povoação e, em 1858, foi firmado contrato comercial com o prussiano Jacob Rheingantz, iniciando-se, então, a colonização alemã na região (BERGMANN, s/d).

O pequeno porto junto ao rio São Lourenço, que já servira ao esquadrão comandado por Giuseppe Garibaldi durante a Revolução Farroupilha, passou a ser um dos mais importantes portos de veleiros mercantes do Sul do Brasil, contribuindo para o progresso da colônia que se transformou em uma potência agrícola.

Em 26 de abril de 1884, a Freguesia de Boqueirão foi promovida à categoria de vila, separando-se de Pelotas. Graças ao crescimento do porto junto ao rio São Lourenço e, ao fortalecimento do comércio, inclusive de exportação. Pelo Decreto n° 881, de 15 de fevereiro de 1890, a Freguesia de São Lourenço foi promovida à categoria de Vila, reunindo as freguesias de Boqueirão e São João da Reserva. Ainda segundo Bergmann (s/d), em 31 de março de 1938, através do Decreto n° 7.199, a Vila de São Lourenço tornou-se cidade, verificando-se acentuado progresso, uma vez que toda produção agrícola era comercializada devido à facilidade dos transportes aquáticos.

4.1.2 COLONIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO ÉTNICA DO MUNICÍPIO

São Lourenço do Sul contou com portugueses, espanhóis e alemães como seus agentes colonizadores, porém não eram os únicos povos presentes nestas terras, para um melhor entendimento, a seguir veremos dados históricos sobre duas outras etnias presentes e, como predominantemente a colonização alemã-pomerana se destaca, trataremos um pouco mais sobre a mesma.

O povo indígena, da tribo dos Tapes, um ramo Guarani, segundo a obra “São Lourenço do Sul Cem anos 1884-1984” (BERGMANN, s/d), foi encontrada na região pelos primeiros exploradores das terras rio-grandenses, por isso a denominação Serra dos Tapes. Além disso, há topônimos de origem tupi-guarani, como o Arroio Carahá situado na zona urbana do município.

Com relação à etnia Afro ou a presença Africana, a pesquisa histórica “Descobri que tem Raça Negra Aqui” (BUCHWEITZ, 2007), nos traz a realidade de um povo que serviu de escravo em nome da colonização. A referida obra traz como marco a industrialização do charque¹² sobre a qual, em 1780, se destacava o hoje denominado município de Pelotas. Havia o afastamento de qualquer possibilidade do homem livre atuar na produção de charque, tendo como mão de obra única a do escravo negro. Segundo o mesmo autor, naquela época era comum a prática de violência através de tortura física, moral e psicológica, sofridas por estes escravos que encontraram nas fugas individuais e coletivas a sua forma mais comum de manifestação de resistência ao sistema escravista. Durante as fugas, os mesmos se escondiam na Serra dos Tapes, formando concentrações quilombolas. Em decorrência desses fatos históricos, hoje o município de São Lourenço do Sul possui seis Comunidades de Remanescentes de Quilombos identificadas, cinco delas reconhecidas e certificadas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Segundo registros históricos, foi em 1824, que teve início a colonização alemã no estado do RS, com a vinda de 124 colonos alemães. Em 1830 este número já estava em 4.800 imigrantes. Foi característica da colonização a atuação de agenciadores e a doação de lotes de terras aos imigrantes até 1850, ano em que os lotes passaram a ser cobrados através de pagamentos anuais que tinham início no momento em que as terras começavam a produzir. Em 15 de janeiro de 1858 chegaram à Vila de São Lourenço o primeiro grupo de imigrantes com 88 pessoas, sendo alguns provenientes da Renânia e a maioria oriunda da Pomerânia (Prússia Setentrional) posteriormente pertencente à Alemanha Oriental e hoje já extinta. Em contrato assinado com o Governo Imperial, havia ficado estipulado o mínimo de 440 pessoas para povoar estas terras. A partir daí, sucessivas levas imigratórias chegaram ocupando as terras previamente demarcadas e passando a produzir os

¹² A indústria das charqueadas tinha como objetivo “produzir o charque, um produto que era a base da alimentação de escravos em todo o Brasil. E, com essa produção, trariam riqueza à região de Pelotas, que se tornou uma espécie de ‘capital cultural’ do Estado.” Fonte: RS Virtual – O RS na Internet – Temas da História Gaúcha.

gêneros coloniais que iam formando o mercado, gerando divisas e assegurando o futuro da colônia.

4.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Quanto aos aspectos econômicos de São Lourenço do Sul é importante que se tenha uma referência do contexto em que o mesmo está inserido, para tal, utilizamos as informações disponibilizadas em sites que tratam do território da AZONASUL¹³ – Associação dos Municípios da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Na parte de infra-estrutura econômica, a região da AZONASUL, conforme dados publicados pela própria associação, conta com Rodovias destacando-se por ser o maior tronco rodoviário do estado. Com quatro rodovias federais convergindo para os municípios de Pelotas e Rio Grande, BR 116, 293, 392 e 471. Além dessas, a região é contemplada com mais uma, a BR 101, que liga São José do Norte à Grande Porto Alegre pelo litoral sul. Possui ainda mais de 14 mil quilômetros de estradas estaduais e municipais que possibilitam o escoamento da produção.

A região comporta três portos, o Superporto de Rio Grande, o porto de Pelotas e o Porto de Santa Vitória do Palmar. O porto de Pelotas, localizado no canal São Gonçalo, está sendo modernizado com a finalidade de se tornar um porto auxiliar ao de Rio Grande, que funciona como principal no escoamento dos produtos agropastoris do estado sendo o único porto marítimo da região sul do RS.

Outro meio de escoamento da produção na região acontece através das ferrovias. Pela zona sul do RS passa uma das principais linhas ferroviárias do estado, linha Cacequi/Rio Grande, trecho do tronco São Borja/Rio Grande. A linha férrea liga a fronteira Oeste do estado ao Superporto do Rio Grande.

¹³ Com 45 anos de existência a Associação dos Municípios da Zona Sul conta atualmente com 23 municípios associados desenvolvendo atividade institucional, política e técnica, objetivando o fortalecimento do municipalismo, na busca pela descentralização da administração pública em favor dos municípios e das suas comunidades. Fonte: <http://www.azonasul.org.br>

Neste contexto, evidenciam-se as potencialidades para a comercialização de produtos da região. Favorecendo o fluxo de canais de comercialização para os agricultores familiares que, conforme é apresentado na sequência do trabalho, no âmbito do PNAE, podem comercializar seus produtos a nível regional.

São Lourenço do Sul pertencente à AZONASUL e possui uma destacada produção da AF, conforme tabela a seguir.

Tabela 03: Colocação do Município de São Lourenço do Sul entre os municípios da AZONASUL por quantitativo de produção – ano 2008.

ITEM	QUANTITATIVO	COLOCAÇÃO NA REGIÃO
Produção de Fumo	17.850 ton.	1º colocado
Produção de Leite	29.075 (1000L)	1º colocado
Produção de Batata	10.500 ton.	1º colocado
Produção de Feijão	1.050 ton.	1º colocado
Produção de Milho	54.000 ton	1º colocado
Produção de Soja	18.900 ton	3º colocado

Fonte: ITEPA - Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria UCPel - Disponível em:<http://www.ucpel.tche.br/itepa/>

Em São Lourenço do Sul, a mão de obra empregada nas UPAs familiares, estabelecimentos do meio rural os quais, segundo Neumann e Silveira (s/d), caracterizam-se pela utilização do espaço agrário e a propriedade ou posse dos meios de produção, cuja dinâmica central é responsável pela reprodução da família em seus aspectos principalmente econômico, mas também social e cultural.

Durante a realização deste estudo, segundo o informante chave da administração municipal, “60% do PIB Agrícola é oriundo da produção de tabaco” item que aparece em primeiro lugar na tabela 03. O Produto Interno Bruto (PIB) referente ao ano de 2008, ano referência encontrado em publicações da Fundação

de Economia e Estatística, no município estudado, foi de R\$ 483.616.000,00 (quatrocentos e oitenta e três, seiscentos e dezesseis milhões reais) e o PIB per capita, a preço de mercado foi de R\$ 11.130,00 (onze mil cento e trinta mil reais).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹⁴ de São Lourenço do Sul, considerando a última publicação, referente ao ano de 2000, é de 0,777, enquanto o índice a nível nacional é de 0,766 e estadual é de 0,814 no Rio Grande do Sul também correspondente ao mesmo ano.

No que se refere à produção agrícola, especialmente da agricultura familiar, a Prefeitura Municipal considera de suma importância a agregação de valor aos produtos. Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural possui ações de fomento à agroindustrialização como o Programa de Agroindústrias e, segundo o entrevistado, pertencente a administração municipal, o PAA pelo Programa Fome Zero e o PNAE vêm contribuindo significativamente como estímulo ao surgimento de novas agroindústrias e regularização das já existentes, que buscam sair da informalidade.

[...] “o desenvolvimento de agroindústrias aumentará nosso PIB industrial, dando um equilíbrio maior em nossa economia e gerando os empregos que tanto precisamos” (Prefeito Municipal, informante da pesquisa).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2011), a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades, ou seja, da agricultura familiar, que responde no Brasil por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola.

¹⁴ O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. **Fonte:** RS Virtual – Índice de Desenvolvimento Humano e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

Atualmente, cerca de 35% dos alimentos que compõem a cesta alimentar distribuída pela CONAB são oriundos da agricultura familiar.

5 O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Considerando as PPs identificadas pela pesquisa realizada, percebeu-se que a mais significativa como canal de comercialização para o município de São Lourenço do Sul é a do PNAE. Os produtos da AF comercializados através dessa política são hortifrutigranjeiros, leite em pó, produtos panificados como bolachas e massas, batata, dentre outros, que juntos somam mais de vinte tipos de produtos.

Vale salientar que atualmente no município o maior volume de produtos comercializados pelos agricultores familiares se dá através do PNAE. Embora existam outras formas de comercialização como o PAA destacando-se o Fome Zero e a CONAB¹⁵ através das Cooperativas COOPAF – Cooperativa de Pequenos Agricultores Familiares e COOPAR – Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul. Foi identificado que os agricultores familiares que procuram as PPs, principalmente aquelas que possibilitam a comercialização de seus produtos pertencem a grupos organizados, sendo eles, associações de produtores rurais, conselhos locais, sindicatos, ONG CAPA¹⁶ e Cooperativas – COOPAR, COOPAF,

¹⁵ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública, vinculada ao MAPA, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. destinado aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte. Na área social a CONAB atua em parceria com o Projeto Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. A Empresa também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra. Fonte: CONAB - <http://www.conab.gov.br>

¹⁶ Organização Não Governamental denominada Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor que atua junto a AFs , em especial junto às comunidades tradicionais de Remanescentes de Quilombos.

COOPESCA - Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa e Cooperativa Sul Ecológica.

Nos tópicos a seguir são apresentados os resultados e a discussão do trabalho que se refere às informações sobre o acesso às políticas públicas pela agricultura familiar no município supracitado, tratando, com ênfase sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Conforme entrevista realizada junto a SMECD, a rede municipal de ensino do município de São Lourenço do Sul é pioneira na região pela aquisição de produtos da alimentação escolar oriundos da agricultura familiar local e regional, sendo referência para demais municípios do Estado. Por esse motivo tem recebido visitas e participado de eventos repassando informações e levando a experiência que possui.

Em 2006 e 2007 havia um convênio entre a SMECD e a CONAB para viabilizar a compra de produtos agroecológicos das cooperativas Sul Ecológica e COOPAR. Em agosto de 2010, através de ato simbólico, foi divulgada a aquisição da alimentação escolar da agricultura familiar, ação que já estava consolidada mesmo antes da criação e da implantação da Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Como marco destas iniciativas, destaca-se a agregação de valor a produtos da AF. A partir do estímulo deste canal de comercialização, houve um maior incentivo para o surgimento e regularização de agroindústrias.

5.1 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, PRODUTOS COMERCIALIZADOS E RECURSOS

A alimentação escolar da rede municipal de ensino de São Lourenço do Sul conta com um setor específico, cuja estrutura física possui equipamentos necessários, recursos humanos, contando com os cargos de nutricionista, agente administrativo, controlador de estoque, encarregados pelo acondicionamento do estoque e distribuição dos alimentos nas escolas e motorista. Neste setor são recebidos os produtos que atendem a demanda de 54 escolas, sendo 34 delas

multisseriadas de ensino fundamental (do 1° ao 5° ano) e 11 escolas polo de ensino fundamental (do 1° ao 9° ano) e 9 escolas de educação infantil na zona urbana.

Para atender a demanda são elaborados cardápios, feitas as estimativas de quantidade dos gêneros alimentícios e elaborados editais de chamada pública com base em três tabelas de registros de preços, a do PAA, a da Prefeitura Municipal e a dos supermercados locais. Nesta etapa, além de um representante de cada organização e entidade participante, é formada uma comissão onde há a participação da Central de Compras da Prefeitura Municipal para a análise das tabelas de preço.

Conforme relato da secretária de educação, a municipalidade compreende como sendo de grande importância os estudantes da rede serem beneficiados pelo consumo de alimentos produzidos no próprio município e pela agricultura familiar. Pois, além do consumo de alimentos saudáveis, que contribuem significativamente no processo de aprendizagem, os estudantes estão sendo informados sobre a origem dos produtos e o modo como são produzidos.

Salientou ainda que, o Programa de Aquisição de Alimentação Escolar, é estratégico para a Administração Municipal, pois beneficia a agricultura familiar, o cooperativismo, a discussão acerca do combate à fome enquanto um compromisso social e o fortalecimento da agricultura ecológica. Informou que estão sendo trabalhados em sala de aula os temas transversais de cooperativismo, a partir da experiência de compra da agricultura familiar e de educação alimentar na escola.

No que se refere aos produtos adquiridos para alimentação escolar do município, é apresentada na tabela 04 a relação destes produtos com as quantidades consumidas no ano letivo de 2010 por 4.074 estudantes, totalizando 5.836 refeições diárias, sendo 1.743 na educação infantil, 3.493 no ensino fundamental e 600 do Projeto Almoço na Escola desenvolvido em uma das escolas pólo da zona urbana. Vale ressaltar, que a tabela 04 apresenta o quantitativo referente exclusivamente aos produtos adquiridos da AF, sendo que uma diversidade de outros produtos/gêneros alimentícios industrializados e mesmo in

natura são adquiridos de outras origens e deixaram de ser citados em virtude de não corresponder ao objeto deste estudo.

Tabela 04: Relação de produtos e quantidades adquiridos da Agricultura Familiar consumidos no ano letivo de 2010 na alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Gênero	Quantidade	Gênero	Quantidade
Abóbora comum	1.200 Kg	Chuchu	1.650 Kg
Aipim	2.200 Kg	Couve-flor	1.100 Kg
Alface	1.600 mol	Couve manteiga	1.150 mol
Alho fêmea	170 Kg	Doce de frutas	1.650 potes
Arroz branco	5.500 /kg	Espinafre	1.100 mol
Batata doce	700 Kg	Feijão preto	2.200 Kg
Batata inglesa	2.750 Kg	Laranja	5.000 Kg
Bergamota	1.650 Kg	Leite em Pó	5.500 Kg
Beterraba	1.650 Kg	Mel	1.000 potes
Biscoito de aveia	500 pct	Ovos vermelhos	1.100 dz
Biscoito Integral	500 pct	Repolho verde	1.100 Kg
Biscoito de queijo	550 pct	Suco concentrado	3.850lt
Biscoito de milho	1.000 pct	Tempero verde	1.100 mol
Cenoura	1.650 Kg		

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados primários disponibilizados pela SMECD (2011).

Cabe salientar que o PNAE, no ano de 2009, repassou ao município o valor de R\$ 234.920,40 tendo sido investido R\$ 49.859,63 na compra de produtos da agricultura familiar, ou seja, 21,22%, já no ano de 2010, o repasse foi de R\$ 326.113,03 e destes, R\$ 117.400,69 forma destinados a compra de produtos da agricultura familiar totalizando 36%, beneficiando diretamente, segundo informante chave da SMECD, vinte e seis famílias de agricultores pela Lei 11947/09, as quais

estavam organizadas através da Cooperativa Sul Ecológica, da COOPAF e da COOPAR. Este universo quantitativo se amplia significativamente considerando que, na aquisição de produtos como leite em pó, arroz e feijão preto, está envolvido o total de associados da COOPAR, que segundo Corrêa (2010, p. 13), contava com 2.312 (dois mil, trezentos e doze) associados. A tabela 05 mostra a previsão para o ano de 2011 segundo dados do MDA sobre a AF e a Alimentação Escolar para o município de São Lourenço do Sul.

Tabela 05: Programa de Alimentação Escolar para o município de São Lourenço do Sul – previsão para o ano de 2011.

UF	Código IBGE	ENTIDADE	Valor do Repasse do FNDE	Alunado	30% do repasse do FNDE	Nº de Agricultores Familiares	Nº de DAPs	Nº de DAPs Jurídica	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%
RS	4318804	SAO LOURENCO DO SUL	326.160,00	4.237	97.848	3.814	3.844	1	FE/CD/DS	11

Fonte: MDA - 2011.

No final de 2010, São Lourenço do Sul recebeu a visita do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE), ligado à UFRGS, com o objetivo de pesquisar o programa municipal de aquisição de alimentação escolar que recebe alimentos diretos da agricultura familiar. Oportunidade em que foram debatidas todas as etapas do processo, incluindo as dificuldades apontadas durante a realização da entrevista norteadora objeto deste estudo, o que é apresentado no tópico seguinte.

5.2 DIFICULDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS NA IMPLANTAÇÃO DO PNAE

Com relação ao PNAE, as dificuldades identificadas são de organização para a entrega, por parte de vários produtores, os quais produzem pouca quantidade de

determinados produtos (como por exemplo, o tomate) e suas UPAs localizam-se muito distante entre si e das sedes das cooperativas, o que exige um difícil trabalho de logística de arrecadação, identificado como um fator limitante.

Outra dificuldade é a irregularidade da entrega dos produtos, devido à sazonalidade, o que tem exigido uma adequação por parte dos agricultores para que tenham os produtos pelo maior tempo possível (reformulando suas práticas agrícolas). No que se refere às Agroindústrias Familiares, no fornecimento de produtos para a Alimentação Escolar, as dificuldades estão relacionadas à emissão de notas fiscais e as questões burocráticas de preenchimento de formulários e documentação exigida.

Foram identificadas algumas alternativas que estão sendo trabalhadas para sanar algumas das dificuldades. Por exemplo, na falta de um produto, devido à sazonalidade, a realização da troca deste por outro previsto e de igual valor. Durante a pesquisa também foi apontada como dificuldade o prazo de pagamento, realizado pela prefeitura que legalmente seria de até trinta dias. Esse problema foi solucionado com a redução para pagamento em até dez dias, no caso de produtos da agricultura familiar.

Além das dificuldades referentes ao PNAE, os agricultores familiares também enfrentam entraves para viabilizar o acesso às políticas públicas, sendo eles:

- a perda da condição de segurado especial devido ao acesso ao Programa de Agroindústria Familiar do Estado, pela exigência de cadastro de pessoa jurídica, havendo conflito entre a legislação que estabelece o que é uma agroindústria familiar e a legislação previdenciária, prejudicando o acesso à aposentadoria especial que o agricultor familiar tem direito;
- o critério de ter que produzir a maior parte da matéria prima utilizada, por exemplo, na parte de panificados as agroindústrias do município ficam prejudicadas, pois não há mais produção de trigo local e na região e os antigos moinhos estão todos desativados;

- a dificuldade para realizar a legalização das agroindústrias principalmente nos licenciamentos necessários, sendo este processo um entrave também pelas mudanças/alterações nas regras, por exemplo, quem tem um alvará em vigência e está providenciando a renovação segue os tramites de 2009/2010 e encontra alterações na manutenção e limpeza das caixas d'água, pois o que antes exigia uma declaração de responsabilidade do proprietário da agroindústria hoje exige a comprovação de contratação de uma empresa prestadora de serviço, observamos que da forma atual aumenta a documentação necessária e os investimentos/custos para a agroindústria.

5.3 O PROCESSO E AS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NO PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL

O acesso a esta política pública conta com suporte técnico e burocrático por parte da EMATER, destaca-se também o apoio das Cooperativas (COOPAR, COOPAF e COOPESCA), CAPEC Conselho Municipal Agropecuário e a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR) e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD

Com relação à divulgação e acesso ao PNAE, para os agricultores é muito forte e importante a atuação da COOPAR. Além disto, é prestada assessoria por parte do escritório local da EMATER/RS no que se refere à legislação e regras relacionadas às políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares, auxiliando em vários momentos, desde o preenchimento de DAP, até encaminhamentos necessários à legalização das Agroindústrias.

Passo a passo da organização feita para a implantação do PNAE, no que se refere à aquisição de produtos da AF:

1. Constituição de Comissão para conhecer e discutir a implementação da Lei 11.947/09: SMECD (Secretária, Nutricionista e Setor da Alimentação Escolar, Setor de Compras), EMATER/RS-ASCAR (técnico extencionista) e SMDR.

2. Apresentação da Lei 11.947/09 no CAPEC com as características da demanda da Alimentação Escolar e oportunidades para os agricultores familiares e a indicação de representantes do CAPEC (também atuantes em Associações e Cooperativas) para integrar a Comissão da Alimentação Escolar.

3. Comissão Municipal com a seguinte composição: SMECD (Secretária, Nutricionista, Setor de Compras), SMDR, SMF, EMATER/RS-ASCAR, Associações de Agricultores, Cooperativas dos Agricultores Familiares, CAPEC, Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE). Nesta etapa foram definidos metodologia e procedimentos.

4. Programa Municipal de Agroindústria: foram apresentadas as características da demanda da Alimentação Escolar e oportunidades para as agroindústrias familiares (empreendedores familiares), trabalhadas as necessidades de legalização e organização das agroindústrias para o fornecimento, estudados os produtos existentes com relação à demanda da alimentação escolar e as formas de apresentação dos produtos, bem como as questões de preços segundo a modalidade Chamada Pública.

5. Elaboração e Publicação do Edital de Chamada Pública para a Compra da Agricultura Familiar: foi realizado o levantamento inicial de produtos da agricultura familiar por sazonalidade, o levantamento de Preços de Referência: PAA, Registro de Preços, levantamento de preços locais e elaborados os cardápios variados, de acordo com a sazonalidade.

6. Constituição de comissão para análise das propostas da agricultura familiar – Entidade Executora: com a participação da Secretária Municipal de Educação, de representante do CAE, do setor administrativo e do setor de compras da SMECD, da nutricionista e da central de compras da Secretaria Municipal da Fazenda.

7. Recebimento dos Projetos de Venda da Agricultura Familiar: com realização de análise e seleção das propostas da Agricultura Familiar local com produção ecológica, Agricultura Familiar local com produção convencional e Agricultura Familiar regional, foram feitos os ajustes de quantidades e analisados os

preços e posteriormente acordadas a data e a forma de entrega dos produtos neste momento foram disponibilizadas amostras dos produtos.

8. Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios Sem Licitação da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar: os agricultores apresentaram a documentação necessária e o projeto de venda final foi formalizado o contrato prevendo volume, preços, fornecedores, local e dia de entrega.

9. Entrega dos Produtos pelos Agricultores Familiares: os agricultores a partir desta etapa acondicionam e entregam produtos conforme demanda e acordo com a SMECD, sempre com o acompanhamento do CAE e sob a responsabilidade do Setor de Alimentação Escolar que recebe, faz o controle de qualidade, assina o Termo de Recebimento e distribui nas escolas.

As figuras abaixo n° 03 que mostra a sistemática de recebimento e entrega de produtos e 04 recebimento dos produtos da Agricultura Familiar no setor de Alimentação Escolar, ilustram este item.

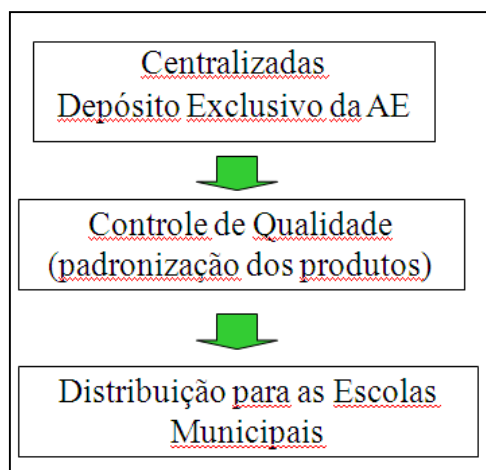


Figura 3: Sistemática de Recebimento e Entrega de Produtos

Fonte: SMECD São Lourenço do Sul



Figura 4: Registro fotográfico do recebimento dos produtos da Agricultura Familiar no setor de Alimentação Escolar

Fonte: SMECD São Lourenço do Sul

10. Pagamento dos Agricultores: que se dá mediante encaminhamento junto ao Setor de Compras da SMECD do termo de Recebimento e Nota Fiscal de entrega dos produtos.

11. Monitoramento, avaliação e planejamento: a Comissão Municipal e demais Conselhos (CAPEC, CAE) avaliam e propõem ajustes e mudanças, há a pactuação para adequações no cardápio e introdução de produtos da agricultura familiar conforme ilustrado abaixo pela figura 05, as cooperativas planejam a produção para o mercado local e regional e os agricultores vêm ampliando a produção ecológica, as agroindústrias estão se adequando quanto legalização, estudando a redução de custos com a produção e realizando a identificação de produtos para fornecimento.



Figura 5: Alimentos e cardápio elaborado com alguns dos produtos do PAA nas Escolas da Rede Municipal de Ensino

Fonte: SMECD São Lourenço

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou identificar dentre as políticas públicas disponíveis no Brasil para a agricultura familiar, no que se refere à produção agrícola e à construção de canais de comercialização, quais são as que os agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul acessam. A partir da realização da pesquisa, percebeu-se que o PNAE é um Programa Nacional que além de seu objetivo pela nutrição e qualidade de ensino para os estudantes, a partir do ano de 2009, veio instituir legalmente o que já era praticado no município estudado, propiciando a comercialização de produtos da AF e o respeito às vocações de produtividade, hábitos e costumes alimentares das diversas regiões do país.

O resultado, conforme os objetivos propostos é o fato de que no município de São Lourenço do Sul a política pública que se destaca atualmente na construção de mercado para a AF é o PNAE. Percebeu-se no decorrer do estudo a presença da organização social como fator importante no acesso ao mercado e a diversas políticas públicas.

As PPs vem auxiliando na superação da história de isolamento dos habitantes da região sul do RS e contribuindo para elevar a autoestima, gerada pelas condições de colonização e povoamento. Outro aspecto interessante também beneficiado pelas PPS consiste em fortalecer os processos de cooperativismo, associativismo e formação de grupos sociais no campo, pode-se considerar que a realidade de valorização e o que está à disposição da agricultura familiar, atualmente, a nível local, regional e até mesmo federal é fruto da organização social.

Diante da política pública identificada como principal canal de comercialização, do empenho dos atores envolvidos em seu planejamento e execução, das declarações obtidas e tudo que foi identificado na realização deste estudo, sobretudo no que se refere ao aprofundamento da temática do PNAE no município, as perspectivas identificadas foram de aperfeiçoamento para ampliar

significativamente a aquisição da alimentação escolar de produtos oriundos da agricultura familiar.

No caso estudado observou-se que diante de dificuldades e desafios identificados na implantação do PNAE os atores envolvidos vão buscando alternativas sem infringir a normatização do programa, com isto, promovem a viabilização do acesso a esta política pública e a possibilidade de mercado para os agricultores familiares.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para a discussão sobre a temática de mercados e políticas públicas tanto no âmbito acadêmico quanto em outros âmbitos correlatos.

Considerando-se a complexidade do assunto fica a sugestão de novos estudos aprofundando o tema. Durante a realização deste estudo foi comentado pelos informantes chaves e pelo entrevistado, que a importância de tratar de assuntos como este no âmbito acadêmico, bem como das instituições de ensino superior, são primordiais para o desenvolvimento rural e de questões relacionadas à agricultura familiar.

Certamente, sem esgotar o assunto, creio que neste trabalho de pesquisa o objetivo principal foi atingido, pois foi respondido questionamento maior com a identificação do PNAE como um dos canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar, das políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares e das organizações sociais e órgãos públicos envolvidos no acesso a estas políticas públicas no município de São Lourenço do Sul.

REFERÊNCIAS

AGNE, Chaiane L. – **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede Jacuí Centro/ RS** – Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22721> Acesso em: fevereiro de 2011.

ALMEIDA, José Sidney Nunes de – **Dados sobre o município no que se refere às políticas públicas para a agricultura familiar e desenvolvimento local**. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal, 2011. (Comunicação oral)

AZONASUL - **Histórico de São Lourenço do Sul** - Disponível em: <http://www.azonasul.org.br> Acesso em: janeiro de 2011.

AZONASUL – **Municípios** – Disponível em: <http://www.azonasul.org.br/Municipios> Acesso em março de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3.559 de 28.03.2008**. Disponível em: http://www.fetagr.org.br/nx/download/pol_agricola/RESOLUCAO3559.pdf. Acesso em: 20.06.2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – **Áreas de atuação - Agropecuária** – Disponível em: www.bndes.gov.br/ Acesso em: março de 2011.

BERGMANN, A. G. H *et al.* - **São Lourenço do Sul Cem Anos 1884 – 1984** - Arquivo histórico do município de São Lourenço do Sul, (s.d). 185 p.

BONDUKI, Manuel - **Inserção da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/MOC.pdf> Acesso em: janeiro de 2011.

BRASIL – **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação: Formação pela Escola** – Módulo PNAE – 2 ed. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. 112p.

BRASIL - **Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006** - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-11326.html> Acesso em: janeiro de 2011.

BRASIL - **Lei Federal Nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=/legisla/legislacao.nsf/View_Identificacao/lei%252011.947-2009%3FOpenDocument%26AutoFramed Acesso em: janeiro de 2011.

BRASIL – **Medida Provisória 2.178-36 de 24 de agosto de 2001.** - Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Fmpv%25202.178-36-2001%3FOpenDocument%26AutoFramed Acesso em: fevereiro de 2011.

BRASIL – **PRONAF** – Secretaria da Agricultura Familiar – Disponível em:
<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> Acesso em: maio de 2011.

BRASIL - **Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009.** - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em:
http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/RES38_FNDE.pdf Acesso em: fevereiro de 2011.

BRASIL – **Resolução BACEN Nº 3559, de 28 de março de 2008.** - Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10) para financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=565140> Acesso em: março de 2011

BUCHWEITZ, S. *et al* - **Descobri que tem Raça Negra Aqui** – Pelotas: s. Ed, 2007. 104 p.

CONAB - **Agricultura Familiar** - Disponível em:
http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/agricultura_familiar_3.html
Acesso em: março de 2011

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento** – Disponível em:
<http://www.conab.gov.br> Acesso em: fevereiro de 2011.

CORRÊA, E.S. - **Relatório de Estágio Realizado na Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA** – 2010. Disponível em:
<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/assignment/view.php?id=63121>
Acesso em: maio de 2011.

DAL SOGLIO, F. e KUBO, R.R. (Org.). **Agricultura e Sustentabilidade**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – **Portal Municipal** - Atlas de Desenvolvimento Humano São Lourenço do Sul/RS.

Disponível em:

http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/idh/mu_idh_atual.asp?ildEnt=5523&ildMun=100143373 Acesso em: março de 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - **PIB Municipal de São Lourenço do Sul** – Disponível em:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?ano=2008&serie=1999-2008&letra=S

Acesso em: fevereiro de 2011.

HILSINGER, Roni - **Os Efeitos do PRONAF no setor primário de São Lourenço do Sul, RS - 1996/2006** – Ano 2007 - Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10183/12505> Acesso em: maio de 2011.

IBGE – **Cidades - Município São Lourenço do Sul**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: janeiro de 2011.

IDH – **Índice de Desenvolvimento Humano de São Lourenço do Sul** – Disponível em: http://www.riogrande.com.br/sao_lourenco_do_sul_idh_sao_lourenco_do_sul-o31612-en.html Acesso em: março de 2011.

INCRA – Definição de Módulo Fiscal - Disponível em:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76:oque-e-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83 Acesso em: março de 2011.

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria **Dados sobre o município de São Lourenço do Sul** - Disponível em:

http://www.ucpel.tche.br/itepa/25anos/Mao_de_obra.pdf Acesso em: fevereiro 2011

LIMA, Maria Imaculada Fonseca - **Paisagem, terroir e sistemas agrários**: um estudo em São Lourenço do Sul – 2006. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10183/11010> Acesso em: março de 2011.

LUDTKE, Guido - **Agricultura familiar em São Lourenço do Sul** - reflexão sobre a inadimplência e soluções - Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14025> Acesso em: dezembro de 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MENEGETTI, Gilmar Antonio. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. s/d - Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course>. Acessado em: janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – **Política Agrícola** – Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola> - Acesso em: março de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SAF – **Crédito PRONAF** - Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community> Acesso em: janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SAF – **Catálogo 2010**: Programa de Alimentação Escolar para o município de São Lourenço do Sul – previsão para o ano de 2011. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500766> Acesso em: março de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SAF – **Programas** – Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/ Acesso em: março de 2011.

MÜLLER, Ana L. - **A construção das Políticas Públicas para AA Agricultura Familiar no Brasil**: o caso do programa de aquisição de alimentos – S/d - Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/11006> Acesso em: janeiro de 2011.

NEUMANN, P. S. e Silveira, P. R. da - **Tipologia das Unidades Familiares de Produção Agrícola da Região do COREDE-CENTRO (RS)**- S/d - Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/12.pdf> Acesso e: abril de 2011.

RS Virtual – **O RS na Internet** - Temas da História Gaúcha. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br/historia/default.htm>. Acesso em: março de 2011.

RS Virtual – **Índice de Desenvolvimento Humano de São Lourenço do Sul** - Ano 2000 – Disponível em: http://www.riogrande.com.br/sao_lourenco_do_sul_idh_sao_lourenco_do_sul-o31612-en.html Acesso em: março de 2011.

SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 258p.

SILVEIRA, D.T. e GERHARDT, T.E. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, C. - **Políticas públicas**: uma revisão da literatura - Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso Acesso em: fevereiro de 2011

ZIMMERMANN, S. A. – **Políticas Públicas e Arranjos Institucionais**: O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – s/d. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/62.pdf Acesso em: fevereiro de 2011

APÊNDICE A

Questionário:

1- Quais são as políticas públicas para a agricultura familiar acessadas pelos agricultores familiares do município?

Políticas e linhas	Marque sim ou não
1 Pronaf agroindústria	() Sim () Não
2 Pronaf Agroecologia	() Sim () Não
3 Pronaf Eco	() Sim () Não
4 Pronaf Floresta	() Sim () Não
5 Pronaf Semi-árido	() Sim () Não
6 Pronaf Mulher	() Sim () Não
7 Pronaf Jovem	() Sim () Não
8 Pronaf Custeio e comercialização de Agroindústrias familiares	() Sim () Não
9 Pronaf Cota-parte	() Sim () Não
10 Microcrédito Rural	() Sim () Não
11 Pronaf Mais alimentos	() Sim () Não
12 PNAE (alimentação escolar)	() Sim () Não
13 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	() Sim () Não
Outros? Quais?	() Sim () Não

2- Dentre essas políticas, quais se destacam na construção de canais de comercialização?

3- Como se dá o acesso a estas políticas? Com quais suportes (técnico, burocrático, etc) os agricultores familiares contam para viabilizar este acesso?

4- Quais as principais organizações sociais e/ou órgãos públicos envolvidos no acesso às políticas públicas para a agricultura familiar? Como se dá esse envolvimento?

5- A partir de que ano e, se existe qual o marco da procura de políticas públicas que sirvam de canais de comercialização por parte dos agricultores familiares lourencianos?

6- Os agricultores familiares que procuram as políticas públicas, principalmente aquelas que possibilitam a comercialização de seus produtos pertencem a grupos organizados? Quais dos abaixo relacionados:

() associações de produtores rurais

() conselhos locais

() sindicatos

() outros. Quais? ONG _____

7- Quais são os produtos da agricultura familiar comercializados através de políticas públicas?

8- Há algum planejamento no longo ou curto prazo para viabilizar novos acessos?

9- Há como caracterizar os agricultores familiares que procuram por políticas públicas que servem como canais de comercialização? (Por exemplo: pelo tamanho da área, pelo grau de organização social?)

10 - Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades e entraves para viabilizar o acesso dos agricultores familiares do município às políticas públicas?

11 - Você tem conhecimento sobre os agricultores que não acessam políticas públicas? Caso positivo, qual, na sua opinião, é o principal fator que explica este não acesso?

12 - Há alguma consideração ou observação a fazer sobre o assunto e o objeto desta pesquisa?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**A CONSTRUÇÃO DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: o acesso a políticas no município de São Lourenço do Sul - RS**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “A CONSTRUÇÃO DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: o acesso a políticas no município de São Lourenço do Sul - RS” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “Identificar e descrever, dentre as políticas públicas disponíveis no que se refere à construção de canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar, quais são as que os agricultores familiares no município de São Lourenço do Sul acessam”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Edilene dos Santos Corrêa” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da entidade que represento).

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

São Lourenço do Sul, ____/____/2011.